



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681429 - PB (2021/0226899-9)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : LAERCIO BARBOSA DE SOUZA  
**ADVOGADO** : LAÉRCIO BARBOSA DE SOUZA - PE017151  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**PACIENTE** : EDUARDO DA SILVA BALBINO DOS SANTOS (PRESO)  
**PACIENTE** : VALDEMIR DAS CHAGAS SOARES SILVA (PRESO)  
**OUTRO NOME** : WALDEMIR DAS CHAGAS SOARES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDUARDO DA SILVA BALBINO DOS SANTOS e VALDEMIR DAS CHAGAS SOARES SILVA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (HC n. 0809884-94.2021.8.15.0000).

Os pacientes foram condenados às penas de 11 anos e 8 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 420 dias-multa como incursos no art. 157, §§ 2º, incisos II e V, e 2º-A, inciso I, do Código Penal, tendo-lhes sido negado o direito de recorrer em liberdade.

O impetrante sustenta que a manutenção da custódia dos réus na sentença condenatória careceria de fundamentação idônea, uma vez que a medida extrema não teria sido justificada em dados concretos e contemporâneos, inexistindo, outrossim, motivação para a impossibilidade de substituição da medida extrema por cautelares diversas.

Aduz que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Argumenta que a execução provisória da pena privativa de liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória seria ilegal, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

Afirma que o reconhecimento fotográfico dos acusados não teria observado as prescrições contidas no art. 226 do Código de Processo Penal, razão pela qual seria nulo, não se prestando a sustentar o édito repressivo.

Alega que a condenação estaria lastreada apenas em elementos do inquérito policial, violando o art. 155 da Lei Penal Adjetiva.

Pondera que os pacientes permaneceram algemados durante toda a audiência de instrução, em afronta ao verbete 11 da Súmula Vinculante, o que ensejaria a ilegalidade da sentença condenatória.

Considera que a ausência da assinatura de EDUARDO no termo de interrogatório policial acarretaria a nulidade de todo o procedimento inquisitorial e, consequentemente, do processo criminal.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva dos pacientes ou, subsidiariamente, a revogação da custódia mediante a aplicação de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que, ainda, não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada fundamentou suficientemente o indeferimento da liminar pleiteada na origem (fls. 30-33):

*Reservei-me a apreciar o pedido de liminar após as informações da autoridade apontada coatora (Num. 11610139).*

*As informações foram prestadas nos seguintes termos:*

*“Após a prática de conduta capitulada no art. 157, §2º, II, §2º- A, I, os pacientes foram presos em flagrante delito e logo em seguida tiveram sua prisão preventiva decretada (id. 41135958 - Pág. 2).*

*A decisão prolatada, ao contrário do alegado, foi fundamentada de forma ampla e específica, detalhando de forma clara a ocorrência da situação de flagrância, além de demonstrar a necessidade de segregação cautelar, destacando que a gravidade concreta do delito era ofensiva à ordem pública.*

A defesa alega que não há mais riscos à garantia da instrução processual e que, por essa razão, a manutenção da prisão preventiva é indevida. Entretanto, é preciso destacar que a prisão preventiva foi decretada em garantia à manutenção da ordem pública, diante das diversas circunstâncias desfavoráveis presentes na conduta: o crime foi praticado com grave ameaça; houve uso de arma de fogo; a vítima teve sua liberdade cerceada; os acusados tentaram empreender fuga, além de tentarem ultrapassar barreira montada pelos policiais.

Como se depreende, a conduta praticada pelos réus foi de extrema periculosidade, devendo, assim, possuir maior rigidez na análise.

Em que pese a alegação de ausência de fundamentação na sentença condenatória, em julgado recente o STJ se manifestou dessa forma:

[...]

Dessa forma, entendo que a manutenção da prisão preventiva se encontra devidamente fundamentada nos diversos elementos processuais e decisões interlocutórias proferidas, sendo desnecessária a extensa fundamentação na sentença, haja vista a fundamentação contida ao longo da instrução.

Ainda, as partes alegam que a condenação decorreu de um “reconhecimento pessoal absolutamente alienígena à lei processual”, entretanto, ao analisar a sentença pode ser percebido de forma clara os diversos elementos que foram utilizados na fundamentação, como se vê no destaque extraído:

“disse o ofendido que teve sua corrente de ouro arrancada enquanto estava no veículo e que dentro do automóvel subtraído estavam o seu aparelho celular iphone 8 plus, cor rose e sua carteira contendo todos os seus documentos pessoais. No tocante à autoria delitiva, entendo que esta encontra-se assente de dúvidas e recai insofismavelmente sobre as pessoas dos denunciados.

Isso porque, segundo a prova oral colhida, notadamente da vítima e dos policiais responsáveis pela prisão dos acusados, os réus foram flagrados momentos depois da

*ocorrência do crime na direção do veículo automotor que abordou o ofendido (Fiat Toro Branca), além do que os agentes localizaram no interior do automóvel a corrente de ouro de propriedade da vítima, a qual lhe havia sido subtraída por ocasião do assalto.*

*Os acusados, por sua vez, deduziram em juízo tese totalmente fantasiosa e divergente da prova dos autos, alegando, em suma, que estariam na cidade de Soledade/PB à negócios (compra e venda de animais) e que, ao passarem na zona rural da edilidade, avistaram o veículo Fiat Toro branco abandonado, o que fez com que subtraíssem o veículo para voltarem para casa.*

*Como dito, a tese absolutória levantada pelos acusados foge por completo à realidade e duvida da inteligência alheia, porquanto não se mostra crível que pessoas alheias à sociedade local estejam em local ermo e afastado (zona rural) justamente no momento da prática de um assalto, visualizem e se sintam atraídos a subtrair um veículo supostamente abandonado com as mesmas características daquele utilizado na empreitada criminosa.”*

*Ainda no contexto de provas produzidas na instrução, é importante destacar que o inquérito policial é, em suma, um procedimento administrativo, e possui como objetivo imediato a investigação, que se dá através da instrução probatória, de forma inquisitorial, para apurar o fato delitivo e, em momento posterior, embasar o convencimento do órgão acusatório. Entretanto, inobstante os referidos objetivos principais do procedimento investigatório, ele pode ser utilizado em muitos casos, de forma mediata, para fundamentar decisões ou até mesmo a sentença.*

*As provas que, quando repetidas em juízo, confirmam o quando colhido no inquérito policial, possuem valor probatório relativo, uma vez que não foram descartadas após sua colheita, tanto que foram ratificadas em fase posterior.*

*(...)*

*Logo, caso o juiz entenda necessário*

reconhecer valor probatório a determinada prova colhida durante a fase inquisitorial, não há norma jurídica que o impeça de assim o fazer, desde que, por óbvio: fundamente a sua decisão; não a utilize de forma exclusiva para embasar a condenação; e que tal prova não seja completamente contrária às produzidas na fase processual.

Ademais, segundo entendimento da primeira turma do STF, as provas colhidas no inquérito policial podem ser utilizadas para influir no convencimento do juiz em sua decisão, desde que sejam ratificadas em juízo.

[...]

Diante do exposto, é possível afirmar que o inquérito policial possui, sim, valor probatório diante do processo penal, ainda que relativo. Se por um lado não se pode sustentar uma condenação exclusivamente em elementos colhidos no inquérito policial, nada impede que tais elementos sejam valorados no confronto das demais provas colhidas em Juízo, sob o crivo do contraditório, para a formação de um juízo de culpa, não merecendo prosperar o entendimento de que seja tão somente peça informativa.

Por fim, quanto ao uso de algemas durante a audiência de instrução, cumpre destacar inicialmente que não houve qualquer insurgência dos réus ou de seus advogados quanto a esse fato no momento do ato, conforme se vê da ata de ID 42352202, o que já denota a preclusão temporal do alegado.

Outrossim, os réus estavam em ambiente prisional e as algemas foram mantidas para resguardar a integridade dos agentes policiais e evitar qualquer tipo de reação ou tentativa de fuga.

[...]

Assim, importante consignar que o decreto condenatório foi fundamentado exclusivamente com base nas provas colhidas em instrução processual, todas devidamente destacadas e sopesadas, como se vê na dosimetria da pena aplicada, não havendo o que se falar em nulidade.

Desse modo, no entendimento deste Magistrado, não apenas existem elementos suficientes para a manutenção da prisão preventiva dos pacientes, como inexistem os alegados vícios materiais ou

*processuais no feito.” (Num. 11653773).*

*[...]*

*Para o deferimento de medida liminar, é necessário que o impetrante demonstre, através de prova pré-constituída, a presença do fumus bonis iuris e do periculum in mora, devendo estar presente flagrante ilegalidade, a possibilidade de lesão grave e de difícil ou impossível reparação e, ainda, a plausibilidade do direito subjetivo deduzido.*

*Todavia, o exame preliminar da decisão censurada, em confronto com os argumentos expostos na inicial, não evidenciam a ocorrência de erro grave que cause prejuízo irreparável ou de difícil reparação para o paciente.*

*Ademais, ictus oculi, eventuais circunstâncias pessoais favoráveis não são suficientes para embasar um decreto liberatório quando presentes os requisitos da prisão preventiva.*

*Por fim, nunca é demais lembrar que, segundo pacificado entendimento jurisprudencial, inexistente incompatibilidade entre o princípio da presunção de inocência e os institutos de Direito Processual Penal, como a prisão preventiva. Pode esta ser decretada quando as circunstâncias do fato justificarem a sua necessidade, nos termos do art. 312 do CPP, conforme evidenciado na hipótese vertente.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência